



SUJEITAS DA PRÓPRIA HISTÓRIA: INFLUÊNCIA, ORGANIZAÇÕES E
MOVIMENTOS DE MULHERES AFRICANAS (1940-1990)

SUBJECTS OF HERSTORY: INFLUENCE, ORGANIZATIONS AND
MOVEMENTS OF AFRICAN WOMEN (1940-1990)

Thuila Farias Ferreira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

thuilafa@gmail.com

Resumo:

Ao evitar a reprodução de histórias únicas sobre África e sujeitas(os) africanas(os), devemos considerar em nossos estudos a perspectiva de autoras(es) africanas(os). O presente artigo aborda, numa perspectiva histórica, os movimentos e organizações de mulheres africanas da África subsaariana, em especial mas não exclusivamente em países anglófonos, como agentes que influenciaram rupturas e manutenções na paisagem política em seus países e no continente, no período entre 1940 e 1990. Sob influência de práticas pré-coloniais, as estratégias das mulheres africanas moldaram e foram moldadas pelas políticas de diferentes contextos.

Abstract:

In avoiding the reproduction of single stories about Africa and African subjects, we should consider in our studies the perspective of African authors. This article addresses, from a historical perspective, the movements and organizations of African women in sub-Saharan Africa, especially but not exclusively in Anglophone countries, as agents who influenced ruptures and maintenance in the political landscape in their countries and on the continent in the period between 1940 and 1990. Under the influence of pre-colonial practices, the strategies of African women shaped and were shaped by the policies of different contexts.

Palavras-chave: Mulheres africanas; organizações de mulheres africanas; movimentos de mulheres africanas; história única.

Keywords: African women; organizations of African women; movements of African women; single history.

Chimamanda Ngozi Adichie (2009) nos alerta para os perigos da história única, ou seja, o perigo de conhecer/julgar uma pessoa, um lugar, um objeto, etc., a partir de uma única perspectiva, ou de uma perspectiva enviesada. Ultimamente, quando falamos em mulheres africanas a partir da diáspora, em geral estamos nos referindo a mulheres afrodescendentes enquanto africanas nascidas em diáspora, levando em conta o viés afrocentrado proposto por

Molefe Kete Asante (2009). Poucos estudos, no Brasil, levam em consideração a atuação e produção das mulheres africanas do continente, embora frequentemente fale sobre elas e, de modo geral o imaginário ora romantizado, ora estereotipado sobre África, que nos diz muito sobre como fomos (mal) educados sobre nossas raízes africanas e sobre África em perspectiva histórica e contemporânea, se estende às visões, ideias e imaginações sobre as mulheres africanas, que por vezes se reflete nas produções acadêmicas, inclusive.

O presente artigo se desenrola a partir de fontes produzidas por mulheres africanas do continente, trazendo um pouco da história da inserção política das mulheres em algumas sociedades africanas subsaarianas, em especial mas não exclusivamente a África anglófona, no período que compreende os anos de 1940 e 1990. Após uma breve consideração acerca do período colonial, passa pelos processos de independência e culmina no período de transição política, conforme as independências foram alcançadas.

Embora diferentes obras tenham sido consultadas para a construção deste trabalho, cabe salientar que nossa principal fonte é o livro de autoria da finlandesa-estadunidense Aili Mari Tripp, da moçambicana Isabel Casimiro, da ugandesa Joy Kwesiga e da camaronesa Alice Mungwa, *African Women's Movements: Transforming Political Landscapes* (Movimentos de Mulheres Africanas: Transformando Paisagens Políticas), de 2009.

1 Mulheres na África pré-colonial e sob o regime colonialista: breves considerações

Ao ler autoras africanas sobre o papel da mulher nas sociedades africanas e o debate feminista, observamos em comum o empenho das escritoras em marcar as diferenças entre as epistemologias africanas e europeias. Uma das principais estratégias neste sentido é a diferenciação entre os modelos de gestão estatal ocidentais e os modelos africanos pré-coloniais, onde a participação da mulher era, em geral, comum - incluindo o matriarcado e modelos 'dual sex' de governo onde, estando homem e mulher na mesma posição hierárquica, cada um se encarregava de questões específicas (AMADIUME, 1997: p. 110). Embora o contato com o mundo árabe tenha contribuído para a popularização de modelos patriarcais de governo, em geral ocorreria não uma cisão, mas sim uma incorporação ou convivência concomitante entre a cultura endógena africana e o modelo cultural árabo-islâmico. É especificamente a colonização europeia, com o cristianismo, a educação e o modelo estatal europeu que vai alterar de forma radical a vida, cultura, sociedade e governança africanos.

No contexto pré colonização europeia, as mulheres africanas ocupavam todas as camadas sociais, inclusive espaços de poder - político, econômico, espiritual, social - algo visto com espanto e conseqüentemente como ameaça pelo colonizador que, ao impor seu modo de vida, também apresentou aos africanos um modelo rígido de patriarcado, e impôs um modelo eurocêntrico de gestão - o Estado - a partir do Tratado de Berlim.

Ifi Amadiume observa, na África Ocidental, alguns povos adeptos de sistemas de domínio feminino ou compartilhado com os homens: os Bamileke dos Camarões, os Chamba de Benue (Norte da Nigéria) e os Ashanti de Gana; na Nigéria muçulmana e no Chade, observa a mesma prática entre os Nupe, os Bolewa (um povo Kanuri), os Kotoko do delta do rio Chari e os Bagrimi (1997: p. 110). A autora ainda cita os povos Bushongo do Kasai, os Loango e os Bateke (situados nas atuais República do Congo e República Democrática do Congo), os Kitara (região do Vale do Nilo), os Ankole (dentro do atual Uganda) e os Bemba (noroeste de Zimbábue) como adeptos destes sistemas de governo.

Os registros de mulheres líderes, imperatrizes, rainhas-mães, etc. importantes na história africana remontam à Antiguidade, abrangendo antigos impérios como Núbia, Etiópia e Egito. Os sistemas políticos centralizados que estas mulheres governavam, no entanto, “mantinham relações econômicas e sociais complexas com outros sistemas políticos africanos descentralizados a nível comunitário ou nas mesmas regiões” (AMADIUME, 1997: p. 110, tradução nossa).

Depreende-se, assim, que a liderança feminina foi alargada ao nível comunitário, em níveis diversos de organizações formais e informais de mulheres. A autora conclui que a maioria das sociedades africanas tinha organizações de mulheres que “controlavam ou organizavam o trabalho agrícola, o comércio, os mercados e a cultura da mulher e a sua ideologia relevante” (idem). Como exemplo de sociedades africanas lembradas pela sua organização feminina, a autora cita a Igbo, a Iorubá e a Ube da Nigéria, a Bini (Nigéria, Benim, Togo e Gana); a Gere e a Wobe da Costa do Marfim; as sociedades Mende (Serra Leoa), Kikuyu (Quênia) e Lunda (República Democrática do Congo), entre outras (ibidem: p. 111).

Segundo Filomina Steady, o poder tradicional das mulheres africanas “pode derivar de sua posição em sistemas religiosos, em sociedades secretas femininas como a Sande de Serra Leoa e da Libéria, bem como através de seus papéis como mães, especialmente quando a sociedade é matrilinear e tem ideologias matrifocais” (2005: p. 1, tradução nossa). A mãe transmite a cultura e constitui o centro da organização social (TELEGA-SOARES, 2014: p. 35). O poder relacionado

à maternidade tem uma base econômica e ideológica; os valores de nutrir, de criar, de justiça, sacrificar-se pelo outro (ou pelo povo). A autoridade moral da posição de mãe pode ser sentida ao longo dos tempos quando, por exemplo, no período pré-colonial tivemos as rainhas-mães, e na atualidade quando mulheres líderes são apelidadas de “mãe da nação”, “mãe do povo”, etc., em nome de uma política sem corrupção e violência. Conforme Ifi Amadiume,

Frederick Engels (1972) argumentou que a família patriarcal europeia tem sido tanto a raiz como a sede da opressão das mulheres. Creio que isso também explica porque é que as mulheres europeias nunca conseguiram organizações de mulheres e um auto-governo como as mulheres africanas conseguiram (AMADIUME, 1997: p. 112, tradução nossa).

Num contraponto, Teresa Cunha diz que “(...) o mito da paridade entre mulheres e homens na África pré-colonial, além de não explicar grande coisa sobre essa realidade, esconde as enormes diferenças intra-sociedades e inter-sociedades no que diz respeito às relações de gênero (sic)” (2006: p. 5). No entanto, a autora reconhece que “na maioria das sociedades rurais que constituíam a maioria das comunidades pré-coloniais as mulheres tinham um importante controlo (sic) sobre as suas vidas” (idem). Lembrando da relação do poder da mulher com a maternidade, a autora postula que

Apesar dessas sociedades serem, em geral, patrilineares, as mulheres controlavam estruturas com poderes políticos. O controlo efectivo que estas mulheres tinham sobre a produção e distribuição de bens essenciais para a sobrevivência da família e ou da comunidade funda o argumento da efectividade e legitimidade do seu poder político (CUNHA, 2006: p. 6).

A posição de mãe neste contexto não se traduz em passividade, mas em luta e autoridade contra a injustiça, como no caso da Libéria, país onde a atuação das mães foi determinante para o encerramento da guerra civil (1989-1996) e reconstrução pós-conflito, culminando na eleição, em 2006, de Ellen Johnson-Sirleaf - primeira mulher presidente de algum país africano¹ - aclamada à época como “mãe da nação”, capaz de “curar a Libéria” das feridas da guerra.

Por outro lado, essa mesma visão punha em questionamento a capacidade de mulheres solteiras e/ou não-mães de serem lideranças (sem a experiência de gestar e gerir uma família, quais habilidades uma mulher poderia ter no sentido de gestar e/ou gerir a sociedade e seus setores?). Natalia Telega-Soares argumenta, por exemplo, que o papel da maternidade não se restringe às mães biológicas, podendo ser desempenhado por outra pessoa, membro ou não da família, e que

¹ Na verdade, em 1984, durante 3 dias, Carmen Pereira, então presidente da Assembleia Nacional de Guiné Bissau, exerceu o cargo de presidente da República de Guiné Bissau.

“este papel constitui a fonte da força, do reconhecimento, do empoderamento e do estatuto da mulher na sua comunidade. A maternidade, neste sentido, traduz os valores de comunidade, da importância do outro e de formas de resistência” (TELEGA-SOARES, 2014: p. 35), e que é possível, para uma mulher que não tem filhos biológicos, desempenhar o papel de “mãe dentro da comunidade”, e assim adquirir “proteção emocional”, uma vez que este papel lhe confere um estatuto respeitado de mulher sábia.

Embora não seja nosso foco neste trabalho, é notável que a ideia de que as qualidades de uma mãe se estendem para toda a sociedade, adquirindo forma política, é bastante presente, empregada e debatida nos movimentos de mulheres africanas.

2 Nudismo, magia e rebeliões como resistência feminina

Nas colônias britânicas, sob a necessidade de manter o controle e a ordem sobre a população nativa, o governo, representado pelo Barão de Lugard, utilizou-se, entre 1891 e 1929, de um sistema de chefia, onde as “comunidades africanas descentralizadas anti-estatais tinham que ser colocadas sob controle estatal, e reis e chefes tinham que ser impostos a elas” (AMADIUME, 1997: p. 125, tradução nossa) - onde não havia um, os britânicos escolhiam aliados (homens), dando-lhes certificados de reconhecimento e conferindo-lhes poderes executivos e judiciais antes desconhecidos em suas comunidades .

Através da cessão indiscriminada de poderes a homens que não necessariamente tinham papel de liderança na governança local, num sistema de dominação patriarcal/masculina, e da tributação da produção rural que era basicamente feminina, foram as bases tradicionais de poder das mulheres africanas as primeiras instituições a serem atacadas pelo colonizador. Por isso, mulheres Igbo das províncias de Owerri e Calabar organizaram uma marcha em direção à Oloko para protestar contra os chefes de mandado e a imposição de tributação às suas propriedades, atraindo milhares de mulheres de outros grupos étnicos pelo caminho (Ibibio, Ogoni, Andoni, Bonny e Opobo), dando início ao episódio que ficou conhecido como *Aba Women's Riots*, ou Guerra das Mulheres Igbo. Ifi Amadiume (1997: p. 126) demonstra que todas as revoltas de mulheres da época atacaram colonialistas e/ou a convivência dos homens africanos locais. A rebelião, que envolveu manifestações, queima de prédios coloniais, saque de fábricas, abertura de prisões e ataque a lojas e centros comerciais europeus, resultou na nomeação de mulheres para

os tribunais nativos, muitos dos quais tinham sido também atacados e cujos chefes se viram obrigados a renunciar (TRIPP et al, 2009: p. 42).

Ainda durante a era colonial, nos Camarões britânicos, as mulheres Kom se basearam na tradição ancestral chamada *anlu* para ridicularizar e envergonhar autoridades coloniais masculinas entre 1958 e 1961, no episódio que ficou conhecido como *The Kom Women's Rebellion* (A Rebelião das Mulheres Kom), quando sete mil mulheres se engajaram na luta contra o aumento de impostos e leis que regulamentavam as técnicas agrícolas. A prática *anlu*, segundo o site do African Feminist Forum (Fórum Feminista Africano):

[...] inicialmente tinha como objetivo sancionar o exílio de pessoas que haviam se tornado um incômodo para a comunidade. Um *anlu* é sinalizado por uma mulher quando ela se dobra numa posição horrível e faz um som estridente, que ela quebra batendo nos lábios com quatro dedos. Qualquer mulher que reconhece o som faz o mesmo, deixando o que está fazendo e correndo na direção do primeiro som. Eventualmente, as mulheres cercam a casa do ofensor cantando e dançando, profanando o lugar ao urinar e defecar de forma indiscriminada. Se isso ocorrer de manhã cedo, há excrementos e urina suficientes para transformar o lugar em uma latrina pública. Além disso, as mulheres exibem as partes privadas de seu corpo, pois a visão pública de suas vaginas por um homem Kom ou Laimbwe eram consideradas um mau presságio (AFF, 2016: s/p, tradução nossa).

Jacimara Souza Santana (2006) relata que em Búzi, Moçambique, cerca de 7 mil mulheres deflagraram um movimento grevista contra as concessionárias algodoceiras em 1947, parando o cultivo de algodão e queimando sementes. Dessa forma, as grevistas obtiveram a isenção do trabalho para mulheres grávidas e mães com crianças até 4 anos de idade (SANTANA, 2006: p. 27).

Nas lutas por independência também se pôde observar o uso de estratégias pré-coloniais. Na Guiné-Conakry (anos 1950), as mulheres utilizaram a prática de constrangimento dos homens que tinham batido e/ou humilhado suas esposas, contra os colonizadores: a prática envolvia invocar *Bassikolo*, o espírito guardião das mulheres e crianças e, vestindo roupas masculinas cercar a casa do ofensor, na qual batiam empunhando facas afiadas, as “cortadoras de pênis” (TRIPP et al, 2009: p. 30).

Nos conflitos insurgentes no período pós-colonial, pôde-se verificar, no leste africano, o uso do nudismo não exatamente com o propósito de envergonhar o oponente, mas como expressão de luto e sofrimento. No contexto da insurgência iniciada em 1987 pela *Lord's Resistance*

Army (Exército de Resistência do Senhor - LRA)² - grupo originalmente formado por Acholis do norte de Uganda/sul do Sudão do Sul, liderado por Joseph Cony, com o objetivo principal de derrubar o governo de Yoweri Museveni (presidente de Uganda desde 1986) e estabelecer um governo teocrático baseado nos 10 mandamentos bíblicos e na tradição Acholi. Um grupo organizado de mulheres, entre outras várias ações, protagonizou um momento importante em 1989. Segundo Rosalba Ato Oywa³ (2002), o Comitê de Desenvolvimento da Mulher do Distrito de Gulu mobilizou outras mulheres numa manifestação pacífica, numa época em que nenhum outro grupo se atrevia a falar sobre a guerra. A marcha para a paz de 1989 reuniu mais de 1500 mulheres que, vestidas em farrapos, algumas com os seios à mostra, entoando cantos fúnebres andaram pelas ruas de Gulu por mais de 5 horas, trazendo a cidade às lágrimas (OYWA, 2002). O protesto, visava atingir ambos os lados envolvidos no conflito insurgente, as tropas do governo e a LRA - com a qual muitos dos maridos, irmãos e parentes destas mulheres estavam envolvidos. Esse ato levou à desistência de muitos membros da LRA, que voltaram para casa, seguindo-se um período de relativa calmaria, dando oportunidade para que várias agências reassentassem populações deslocadas em Gulu (OYWA, 2002).

Estas estratégias envolvendo transgressões de gênero - por exemplo, mulheres usando calças e se envolvendo em comportamentos bélicos - e transgressões de normas de gênero - nas quais as mulheres expõem suas partes privadas em público - são respostas a intensas rupturas sociais nas quais as relações de gênero estão sob tensão. Como na vergonha coletiva de homens individuais que violaram uma norma social, a vergonha das autoridades coloniais refletia o fato de que as mulheres estavam sob coação (TRIPP et al, 2009: p. 31, tradução nossa).

Cultos e práticas religiosas secretas de mulheres, assim como o nudismo, que remontam à era pré-colonial, também desempenharam papel político, enquanto forma de ação coletiva de mulheres africanas, embora aqui devam ser mais bem observadas as especificidades de seus contextos. Um dos exemplos trazidos por Aili Mari Tripp et al (2009: p. 28-31) é o da sociedade secreta de mulheres chamada Takembeng, nos Camarões. Em 1992, como resultado da primeira

² O conflito entre a LRA e o governo, iniciado em 1987, entre períodos de relativa paz e de conflitos intensos, perdura até hoje e é um dos mais antigos conflitos em curso na África.

³ Também conhecida por "Mama Peace", a ugandesa do distrito de Gulu foi nomeada para o prêmio nobel da paz em 2005, "é membro-fundadora e coordenadora voluntária da *People's Voice for Peace* (Voz do Povo para a Paz - PVP), uma ONG local que presta assistência às vítimas da guerra no norte de Uganda. Mais de mil mulheres e homens, as vítimas mais vulneráveis da guerra, já se beneficiaram de seu trabalho desde 1989. Professora por profissão e mãe de três meninos e duas meninas, Rosalba também trabalha em nível internacional e vê como sua missão "transformar vítimas vulneráveis em agentes de paz". Informação disponível em: <http://wikipacewomen.org/wpworg/en/?page_id=3142>. Acesso em: 16 jul 2020

eleição presidencial na era multipartidária camaronesa, Paul Biya, do *Cameroon Peoples Democratic Movement* (Movimento Democrático dos Povos dos Camarões - CPDM) - que já ocupara outros cargos políticos desde 1960, ano da independência dos Camarões, governando o país como presidente desde 1982 - foi eleito com quase 40% dos votos, resultado acusado como fraudulento pela oposição, especialmente pelo candidato e fundador da *Cameroon's Social Democratic Front* (Frente Social Democrática dos Camarões - SDF), John Fru Ndi que, tendo recebido 36% dos votos, clamava ser o verdadeiro vencedor e reivindicava um segundo turno eleitoral (que não chegou a acontecer).

Um grupo de mulheres mais velhas, que tanto eram membros da sociedade Takembeng quanto da SDF, ao perceberem a escalada violenta contra a oposição de Paul Biya e a iminência da prisão de John Fru Ndi, cercaram, em guarda, a casa do segundo em Bamenda, noroeste dos Camarões. Lá elas cantaram e invocaram seus temidos poderes sobrenaturais em apoio Ndi e à SDF. Desarmadas, expondo símbolos de paz e seus próprios seios, estas mulheres ainda percorreram a cidade de Bamenda todas as manhãs durante alguns dias em marchas silenciosas. Após rumores de mortes misteriosas acontecendo nas forças governamentais no período em que elas estiveram protestando em Bamenda, os oficiais acabaram desistindo de prendê-lo (TRIPP et al, 2009: p. 29). Acredita-se amplamente que estas mulheres desempenharam um papel fundamental na restauração pacífica da ordem e tranquilidade nesta parte dos Camarões durante aquele período crucial, recebendo a alcunha de “antídotos espirituais contra o desastre” (idem).

Como se pode perceber pelos exemplos trazidos, a mobilização das mulheres, embora reproduzisse comportamentos bélicos quando necessário, em geral tem caráter tolerante (mesmo quando um homem era exposto através da prática *anlu*, por exemplo, ele ainda poderia se desculpar e ser perdoado) e pacifista, visando o bem comunitário. Essas características ressoam na atualidade na participação de mulheres na arena política africana.

3 Africanas nas lutas por independência: pondo o interesse da mulher nas pautas nacionalistas

Os processos de independência dos países africanos guardam diferenças importantes, seja pela forma de organização dos povos, seja pelo *modus operandi* do colonizador. Diferentes também foram as formas como as mulheres se inseriram e quais seus objetivos nestes contextos. Aili Tripp et al dividem em quatro as formas como as mulheres se engajaram nas lutas:

- (1) Como vemos no caso da Argélia e Tanganica, as mulheres fizeram parte da luta pela independência, mas suas preocupações particulares não foram

articuladas ou tratadas pelo movimento nacionalista. (2) Em outros casos, como em Moçambique, as questões de direitos da mulher foram abordadas, mas foram deixadas de lado para serem assumidas após a libertação. (3) Nos casos de Guiné e Mali, as preocupações das mulheres foram vistas como parte e parcela do processo de independência. (4) Finalmente, em alguns contextos, como em Camarões, as próprias mulheres se envolveram em movimentos nacionalistas para avançar suas próprias agendas específicas de gênero e outras (TRIPP et al, 2009, p. 35: tradução nossa).

O primeiro caso trazido pelas autoras, “mulheres nacionalistas sem direito das mulheres” (TRIPP et al, 2009: p. 37), observado em Tanganica - que, em 1964, fundiu-se com Zanzibar tornando-se a atual Tanzânia. Neste país, as mulheres estiveram presentes das bases às lideranças dos movimentos por independência. À época da pré-independência da então Tanganica, Bibi Titi Mohammed, famosa por seus discursos inflamados, foi a principal articuladora do pensamento independentista através dos grupos e clubes de mulheres, vistos então como apolíticos, mas que compunham a espinha dorsal da *Tanganyika African National Union* (União Nacional Africana da Tanganica - TANU), fundada por ela e Julius Nyerere em 1954 e que foi capaz de articular o povo de Tanganica em direção à independência, que veio em 1961. Embora a ala feminina tenha sido determinante para o sucesso da TANU, as preocupações específicas das mulheres não refletiram nos seus interesses nem durante o movimento independentista e nem depois da independência. Bibi Titi, a “Mãe da Nação”, como é conhecida, tendo se tornado primeira ministra, e as lideranças femininas da Tanganica, ainda procuraram implementar políticas de empoderamento feminino tal qual a educação para adultos, mas quando o socialismo de partido único foi implementado pelo presidente Julius Nyerere na já Tanzânia, muitos críticos deste sistema, entre eles a própria Bibi Titi, em 1969, foram condenados à prisão perpétua por traição. Embora tenha sido liberta 2 anos depois, Bibi Titi se exilou na África do Sul, onde morreu no ano 2000, e os movimentos de mulheres na Tanzânia se viu enfraquecido.

O segundo caso, da “libertação da mulher adiada” é exemplificado pela luta de libertação em países como Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique onde, a princípio, os interesses das mulheres eram vistos como indissociáveis à libertação do jugo colonial. No contexto da libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde, operada em conjunto, o próprio programa de ação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) estabelecia igualdade entre homens e mulheres e, seu principal líder, Amílcar Cabral, chegou a declarar que a revolução nunca seria vitoriosa sem a plena participação das mulheres (GOMES, 2015: p. 20; 24).

Segundo Patrícia Gomes (2015: p. 30-31), criou-se em Guiné-Conacri (onde as atividades do incipiente PAIGC foram estruturadas antes da luta armada), em 1961, com vistas à mobilizar e dar um caráter político ao grupo de mulheres envolvidas na luta por libertação através do PAIGC, a UDEMU - União Democrática das Mulheres da Guiné e Cabo Verde, que pretendia, também, proporcionar um debate interno em torno das desigualdades de gênero de então. A organização, no entanto, foi extinta em 1966, em decorrência de falhas internas e mesmo da visão machista da sociedade em geral, logo também de muitos membros do PAIGC (ibidem: p. 33). Entrevistadas por Patrícia Gomes, Teodora Inácia Gomes e Carmen Pereira, ex-combatentes pela independência de Guiné-Bissau, atribuíram o fim da UDEMU ao fato de que as mulheres com melhor preparação política e experiência estarem empenhadas mais diretamente na luta, e não na organização (ibidem: p. 32-33).

No Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), formada em 1962 a partir de várias organizações nacionalistas para lutar pela independência do regime colonial português, chegou a ter como braço de seu exército o Destacamento Feminino que, no entanto, não conseguiu exercer a influência política que esperava dentro da organização. Foi no exílio na Tanzânia que, em 1973, a Organização da Mulher Moçambicana foi criada. Com a independência alcançada, em 1975, à medida em que as mulheres procuravam se afirmar como atores políticos e sociais, se tentassem falar sobre especificidades de gênero, poderiam ser consideradas hostis à cultura africana e rivais do agora partido FRELIMO ou do Estado (TRIPP et al, 2009: p. 39). Essa dinâmica requereu que as mulheres que antes se organizaram em defesa da independência, acreditando que suas demandas seriam atendidas conforme essa viesse, se organizassem de novo dentro de um sistema que não cumpriu a promessa anterior de libertação.

O terceiro caso de que as autoras falam consistem na “libertação da mulher como parte dos movimentos nacionalistas”, onde as mulheres foram atraídas para os movimentos nacionalistas pelo fato de que os movimentos em si incorporaram às suas demandas políticas de igualdade de gênero. As autoras trazem como exemplo o caso de Guiné-Conacri, onde o líder do *Party Démocratique de Guinée* (Partido Democrático de Guiné), Sékou Touré, fez da participação política das mulheres um dos quatro princípios orientadores do partido, obtendo contribuição significativa das mulheres para seu sucesso:

Liderado por mulheres como como Mafory Bangoura e Camara M'Balía, as mulheres criaram culturas de resistência anticolonial através de suas canções, vestimentas, performances, danças e comícios [...] Mulheres guineenses

participaram ativamente da greve dos trabalhadores ferroviários de 1947/1948 e da greve geral de 1953; elas se opuseram aos chefes franceses nomeados em 1955; [...] votaram contra a filiação da Guiné à Comunidade Francesa da África Ocidental, o que ajudou a preparar o caminho para a independência do país (TRIPP et al, 2009: p. 40, tradução nossa).

Assim também foi em Mali, onde, apesar de não haver manifestações políticas públicas de mulheres, em 1958 foi criado o *Women's Bureau of the Union Democratique des Peuple Maliens* (Gabinete das Mulheres da União Democrática dos Povos Malineses), envolvendo as mulheres no movimento pela independência ao exigir um papel para elas no desenvolvimento socioeconômico do país, através da alfabetização e melhoria dos serviços de saúde para as mulheres (TRIPP et al, 2009: p. 40).

A quarta e última forma de participação feminina nos processos por independência trazida pelas autoras, “as preocupações econômicas e políticas das mulheres dentro da agenda nacionalista”, traz o movimento onde as mulheres utilizaram a agenda nacionalista em prol de interesses próprios. Os exemplos trazidos são dos Camarões, Nigéria e Serra Leoa, países vizinhos que têm em comum, além da colonização britânica, o protagonismo feminino no pequeno comércio e a preocupação destas com o pagamento de taxas e impostos coloniais abusivos. Nestes países, foram questões econômicas que, num primeiro momento, movimentaram as mulheres em direção à luta anticolonial.

Em 1946, em território camaronês colonizado pela França, a parteira Laurence Eteki Maladi⁴ fundou a *Association Pour L'Emancipation de la Femme Camerounaise* (Associação Pela Emancipação da Mulher Camaronesa - ASSOFECCAM) e, na esteira da ASSOFECCAM, em 1948 surge o partido nacionalista *Union des Populations du Cameroun* (União das Populações de Camarões - UPC), que mobilizava mulheres em centros sociais de ação “apolítica” e chegou a lançar uma luta armada pela independência em 1955, sendo por isso banida (NDENGUE, 2016; TRIPP et al, 2009). Em 1952, porém, sob a liderança de Emma Ngom⁵, as mulheres da UPC formaram a *Union Democratique des Femmes Camerounaise* (União Democrática das Mulheres

⁴ “Em 1946, Laurence Eteki Maladi, uma parteira treinada, abriu a primeira clínica privada nos Camarões, em Douala, e criou a ASSOFECCAM. Ativista da “emancipação da mulher camaronesa”, ela reivindicou o fim das restrições ao exercício do direito de voto da mulher. As informações que encontramos sobre a fundadora e sua organização são limitadas, principalmente provenientes de fontes secundárias que apontam para uma associação pioneira em exigir o acesso ao direito de voto, independentemente do sexo” (NDENGUE, 2016, p. 6, tradução nossa).

⁵ Emma Ngom fazia parte de um grupo de estudiosas urbanas, próximas a líderes nacionalistas. Com elas fundou a UDEFEC, quando retornou da conferência de Viena de 1952 sobre a infância (NDENGUE, 2016, p.17).

Camaronesas - UDEFEC), um partido exclusivamente feminino cujas atividades contribuíram para a reunificação do país e a luta por independência (NDENGUE, 2016). Tendo sido dissolvida com a UPC, a UDEFEC continuou com suas atividades escondida até ser relegalizada com o alcance da independência em 1960, porém foi definitivamente dissolvida em 1962 (idem).

No final dos anos 1940 na Nigéria, a *Abeokuta Women's Union* (União de Mulheres de Abeokuta - AWU), liderada por Funmilayo Ransome-Kuti, enviou uma representante a Londres reivindicando a não tributação das propriedades de mulheres, além de organizar petições, boicotes e manifestações, representando e envolvendo mais de cem mil mulheres (AMADIUME, 1997; TRIPP et al, 2009). Sobre o episódio, Minna Salami comenta que,

quando o Alake (rei) de Egbaland, na Nigéria, quis impor impostos coloniais às mulheres que, de outra forma, não teriam igual representação na sociedade, Funmilayo Anikulapo-Kuti e seu grupo de ativistas, AWU, foram protestar cantando em iorubá: "Alake, há muito tempo você tem usado seu pênis como uma marca de autoridade de que você é nosso marido. Hoje vamos inverter a ordem e usar nossa vagina para desempenhar o papel de marido". Devido a seus protestos, o rei acabou sendo forçado a renunciar (SALAMI, 2012: s/p, tradução nossa).

A AWU conseguiu que a tributação fosse suspensa e, em 1948, as mulheres ganharam um assento no conselho de transição que substituiria o governo. Ao acusarem as autoridades locais de corrupção, a AWU acabou enfraquecida e Funmilayo Ransome-Kuti perdendo influência, sendo a AWU cooptada mais tarde por movimentos e lideranças ligadas ao governo e transformada em uma União Nacional de Mulheres Nigerianas, com filiais em todo o país (AMADIUME, 1997).

Em Serra Leoa, de forma parecida, as mulheres mercadoras protagonizaram o engajamento na luta nacionalista a partir de demandas econômicas. Em 1951, sob a liderança de Mabel Dove Danquah⁶ e Hannah Benka-Coker, dez mil mulheres protestaram na capital, Freetown, contra o aumento no custo de vida e dos alimentos, solicitando à administração colonial, segundo a serra-leonina Filomina Steady (2006: p. 282), que as mulheres do mercado voltassem a ter monopólio sobre o comércio de óleo de palma e arroz - que havia sido usurpado por grandes estabelecimentos comerciais estrangeiros. Aos poucos, outras demandas foram incorporadas e o movimento passou a ser por igualdade entre homens e mulheres, conquistando

⁶ Nascida no Gana, Mabel Dove Danquah (1905-1984) foi educada na Serra Leoa, país natal de seu pai. Foi jornalista e escritora.

muitos dos seus objetivos. Ainda em 1951, o *Sierra Leone Women's Movement* (Movimento de Mulheres de Serra Leoa - WLWM) foi fundado.

O WLWM era formado por mulheres de várias etnias e de todos os estilos de vida, de enfermeiras a professoras, mulheres de negócios e mulheres de mercado. Buscando uma identidade comum de Serra Leoa, a organização desempenhou um papel importante no movimento nacionalista de Serra Leoa e tinha como objetivo melhorar o *status* da mulher; proteger os direitos das mulheres do mercado; e assegurar a representação feminina nos órgãos governamentais com jurisdição sobre as políticas relativas à educação, ao bem-estar social e à economia. Isto estava em forte contraste com os partidos políticos da época, que tinham sido estabelecidos segundo linhas étnicas e estavam fortemente divididos (TRIPP et al, 2009: p. 43, tradução nossa).

Observadas as especificidades dos contextos de cada país, a mulher africana - sujeita provedora, mantenedora do grupo familiar e comunitário, economicamente ativa - foi agente de mudança e libertação nas lutas nacionalistas. Quando sua participação é omitida/reduzida pela história, deixa-se incompleta a história de um povo, de um país, da África.

4 Do colonialismo ao autoritarismo: as africanas na transição de poderes

Ao passo em que findava o colonialismo, governos monopartidários e autoritários pipocaram por todo o continente. Neste contexto, muitas organizações de mulheres, assim como cooperativas, sindicatos, uniões de comerciantes, movimentos estudantis, etc., vistos como possíveis ameaças ao poder estatal, desapareceram ou foram trazidos para dentro de estruturas governamentais. Entre as estratégias de controle estatal estavam o desmantelamento das organizações a partir da criação ou acentuação de tensões internas às organizações existentes, a criação de alas de mulheres dentro do próprio partido/regime vigente, supressão, cooptação ou proibição de associações independentes e a criação de “organizações guarda-chuva”, na qual todas as associações deveriam estar registradas (TRIPP et al, 2009: p. 45). Muito embora estas alas femininas do regime e/ou organizações criadas afirmassem uma autonomia, eram patrocinadas e geridas pelo regime, frequentemente lideradas por mulheres urbanas e/ou com vínculos de parentesco com líderes do regime. As mulheres da base, como camponesas e pequenas comerciantes, acabaram engolidas por esta estrutura, que passou a servir como um importante reduto de votos para aqueles que a financiavam.

Em 1971, Idi Amin Dada ascendeu à presidência de Uganda após um golpe militar. Em 1978 extinguiu, por decreto presidencial, todas as associações de mulheres do país, criando o *National Council of Women* (Conselho Nacional de Mulheres - NCW), um pequeno departamento dentro do Ministério da Cultura, Juventude e Esportes, incumbido de coordenar todas as atividades das mulheres no país e exigindo a filiação de todas as organizações de mulheres a este órgão, cujo orçamento limitado não o permitia influenciar o processo de planejamento dentro do sistema oficial principal (KWESIGA, 2018: p. 204-205).

Patrícia Gomes destaca, positivamente, a criação da Comissão Feminina do PAIGC em 1975, presidida pelo então secretário-geral do partido, Aristides Pereira:

Este órgão procurou analisar as condições das mulheres guineenses, as suas necessidades e os seus interesses, tendo elaborado programas de ação que servissem de base para um trabalho de reorganização do movimento feminista à escala nacional. Neste sentido, o trabalho de mobilização das mulheres realizado por mulheres revelou ser de fundamental importância. Nesta fase, o envolvimento de grupos tradicionais femininos, as *Mandjuandadis*⁷, na coordenação e orientação de algumas atividades permitiu dar um caráter político a associações de mulheres integrando-as no movimento feminista guineense emergente (GOMES, 2015: p. 35).

Em 1979, criou-se a Comissão Nacional das Mulheres da Guiné (Bissau), responsável pela realização do primeiro Congresso Nacional das Mulheres da Guiné-Bissau, em 1982, cujo objetivo principal era dar novos rumos para uma nova UDEMU: “O novo projeto propunha-se organizar as mulheres na perspectiva da sua emancipação, desenvolvendo nelas uma consciência política” (GOMES, 2015: p. 36). A organização permanece em funcionamento.

Conforme Aili Mari Tripp et al (2009: p. 47), nos Camarões dos anos 1960, sob o pretexto de “construir a unidade nacional e abolir o tribalismo”, como parte do processo de eliminação da oposição, o governo do Presidente Ahmadu Ahidjo, do *Cameroon National Union Party* (Partido da União Nacional dos Camarões), proibiu todas as associações independentes de mulheres. Foi criada, de forma anexa ao partido regente, a *Women’s Cameroon National Union* (União Nacional das Mulheres dos Camarões - WCNU), e

(...) os órgãos da WCNU foram colocados sob a tutela dos respectivos órgãos do partido em cada nível. (...) Ele [o presidente] procurou trazer todas as organizações de mulheres sob a rubrica da WCNU. Grupos culturais e

⁷ “As *mandjuandadis* são grupos (redes) de solidariedade e de convivência social que funcionam na base da classe etária e de interesses comuns e de acordo com as normas pré definidas e aceites por todos os membros. São várias as formas de ajuda (...) desde a celebração de festas, casamentos, cerimónias, apoios em caso de doença, investimento em negócio, pequenos créditos. Este tipo de redes existe seja nas cidades seja nos campos” (GOMES, 2015, p. 35, nota de rodapé nº 45).

religiosos - como o Clube Mamfe Glee, a Associação Católica de Mulheres e a Associação Cultural das Mulheres de Bamenda - que permaneceram fora da WCNU, foram pressionados a aderir à União. Ao permanecerem fora do guarda-chuva da WCNU, correram o risco de serem ligadas a antigos partidos da oposição e, como tal, serem consideradas inimigas políticas do Estado (TRIPP et al, 2009: p. 47, tradução nossa).

Em Quênia, com um fundo motivacional de cunho econômico, a estratégia implementada, bem como nos Camarões, foi a de cooptação das organizações existentes. O partido governante, *Kenya African National Union* (União Nacional Africana do Quênia - KANU),

gradualmente cooptou a grande organização feminina *Maendeleo ya Wanawake* [Desenvolvimento das Mulheres] (MYW) para que em 1987 estivesse totalmente sob o controle do KANU. Este foi um período de declínio econômico e perda de legitimidade política para o partido governista. Ao expandir seu controle sobre os vinte mil grupos membros da MYW, o KANU esperava espalhar sua influência e dar-lhe os laços necessários às organizações de base para sustentar seu apoio popular em queda. O acesso aos fundos da MYW e ao dinheiro dos doadores que haviam sido desviados das iniciativas governamentais tornou a aquisição da MYW ainda mais atraente (TRIPP et al, 2009: p. 46, tradução nossa).

Um fenômeno que mais tarde foi denominado por Amina Mama (1995) como *femocracy* (femocracia) também fez parte das estratégias governamentais de controle dos movimentos e organizações de mulheres. A femocracia diz respeito à prática de alguns governos de empregar primeiras-damas e/ou familiares de chefes de Estado como presidentes das principais organizações de mulheres e/ou a organização guarda-chuva do país. Alguns exemplos vêm do Mali, onde Mariam Traoré, primeira-dama entre 1968 e 1991, foi presidente da *Union Nationale des Femmes du Mali* (União Nacional das Mulheres do Mali), e de Zâmbia, onde a também primeira-dama - entre 1964 e 1991 - Betty Kaunda, foi membro da *Women's League* (Liga das Mulheres) (TRIPP et al, 2009: p. 47).

Em Gana, o *Provisional National Defence Council* (Conselho de Defesa Nacional Provisório - PNCDC), surgido a partir do golpe de estado de 1979 e liderado pelo então militar Jerry John Rawlings (presidente de Gana entre 1981 e 2001, tendo sido democraticamente eleito para seus dois últimos mandatos, em 1992 e 1996) fundou, em 1981, o *31st December Women's Movement* (Movimento das Mulheres de 31 de dezembro - 31DWM), presidenciado pela primeira-dama, Nana Konadu Agyeman Rawlings. De acordo com Aili Tripp et al (2009: p. 46), com o patrocínio do *National Democratic Congress* (Congresso Nacional Democrático - NDC), o 31DWM espalhou-se pelo país expandindo seu eleitorado feminino ao passo em que absorvia

organizações de mulheres de base, impedidas de desafiar a liderança de Gana em seu desempenho nas áreas de bem-estar e direitos da mulher. Em entrevista cedida à Amina Mama em 2005, juntamente com Rose Mensah-Kutin e Hamida Harrison, Dzodzi Tsikata afirma que:

Dependendo das circunstâncias, ele [31DWM] se apresentaria como um órgão revolucionário, ou como uma ONG, ou qualquer sorte de coisas. Mas ocupou todo o espaço e asfixiou e restringiu a organização independente das mulheres. Também controlava o maquinário nacional para mulheres, o Conselho Nacional para Mulheres e Desenvolvimento, de modo que muito poucas organizações foram capazes de funcionar (TSIKATA; MENSAH-KUTIN; HARRISON, 2005: s/p, tradução nossa).

No texto *Feminism or Femocracy? State Feminism and Democratisation in Nigeria* (Feminismo ou Femocracia? Feminismo de Estado e Democratização na Nigéria), de 1995, Amina Mama analisou o caso de Maryam Babangida, primeira-dama da Nigéria entre 1985 e 1993, que embora carecesse de um currículo ou histórico dentro das organizações de mulheres ou na política, encabeçou o *Better Life for Rural Women Programme* (Programa Vida Melhor para a Mulher Rural - BLP), inicialmente submisso à *Directorate of Food, Roads and Rural Infrastructure* (Diretoria de Alimentos, Estradas e Infra-estrutura Rural - DFRRI). O programa acabou servindo como meio publicitário para as esposas dos chefes de distritos (militares) que foram empossadas nas alas regionais da BLP, sem promover o que era naturalmente esperado para as mulheres rurais. Em 1989, durante um encontro nacional do BLP, uma cerimônia premiou Maryam Babangida como “a mulher do ano”, eleita pelos jornais nigerianos (MAMA: 1995, p. 50). Estes encontros, onde ocorriam feiras, foram bastante criticados.

Ainda na frente financeira, houve acusações (e há testemunhas do fato) de que fundos públicos tinham sido utilizados para comprar itens para exibição na feira, onde nenhum desses itens tinha sido produzido por mulheres rurais. Em algumas áreas, mulheres rurais reclamaram que os comitês do BLP tinham pegado suas mercadorias sem pagar por elas, e não as devolveram após a feira. Outras protestaram que as “facilidades de crédito” que lhes foram concedidas pelo BLP consistiam em empréstimos que cobravam taxas de juros exploratoriamente altas (Tongo 1990). Outras mulheres rurais reclamaram que o maquinário havia quebrado e não estava recebendo manutenção, ou que tenham sido operados por homens e não pelas próprias mulheres (MAMA, 1995: p. 50, tradução nossa).

Amina Mama (1995) afirma que embora Maryam Babangida tenha alegado o autofinanciamento e sucesso do BLP - em 1992 falava-se da criação de 10.000 cooperativas, 1.793 indústrias caseiras, 2.397 fazendas, 470 centros polivalentes de mulheres e 233 centros de saúde - o mesmo não realizava relatórios financeiros, por exemplo e, em 1992, o Banco Central da

Nigéria declarou que o programa havia custado cerca de 400 milhões de nairas (US\$ 18 milhões segundo Aili Mari Tripp et al, 2009: p. 50) a seus cofres, sem incluir gastos com salários e veículos de funcionários. A autora alega ainda não haver provas empíricas para tais feitos.

As mulheres rurais parecem estar tão industrializadas quanto sempre foram, enquanto a pobreza continua endêmica. O declínio dramático dos padrões de vida urbanos e rurais e o agravamento da situação de segurança nacionalmente resultou em maior dependência das áreas rurais, e há evidências que sugerem que o agravamento das condições tenha encorajado as pessoas a voltar para suas aldeias de origem (MAMA, 1995, p. 51, tradução nossa).

Assim, no início do período pós-independência, as organizações de mulheres estavam voltadas para questões assistenciais e domésticas. Como consequência desse processo de cooptação partidária, as organizações de mulheres africanas, sob um discurso de “desenvolvimento para as mulheres”, acabaram marginalizadas, restringidas a um grupo de questões “não-políticas” - artesanato, agricultura, cooperativas para geração de renda, questões religiosas e culturais - especialmente em nível local, incapazes de promover mudanças substanciais (TRIPP et al, 2009). Regidas “de cima para baixo”, tais organizações acabavam beneficiando uma elite de mulheres urbanas às custas de mulheres rurais e urbanas pobres, que aos poucos foram se desiludindo destas organizações.

5 Conclusão

A história dos movimentos de mulheres em África remonta à época pré-colonial, onde mulheres em posição de liderança e chefia era algo relativamente comum às sociedades africanas que, antes das colonizações, vivia também sistemas matriarcais, de governança *dual sex*, entre outros - de reinados e impérios a lideranças aldeãs e comunitárias. Com o advento da colonização europeia, a imposição do Estado e do modelo eurocêntrico de governança, as mulheres foram as primeiras a serem afetadas. A perda de poder político, de autonomia e a imposição de tributação colonial levaram mulheres africanas às trincheiras na África Ocidental, como na Guerra das Mulheres Igbo na Nigéria ou na Rebelião das Mulheres Kom nos Camarões, e em outras insurgências que obtiveram diferentes níveis de êxito. Nudismo e magia/espiritualidade ganham dimensão política neste contexto, constituindo estratégias de negociação, de protesto, de reivindicação e até mesmo de guerra.

A mulher africana foi parte integrante e ativa dos movimentos por independência, atuando desde a construção das pautas até as trincheiras. Estiveram organizadas para defender a

implementação dos direitos exigidos ao tempo das lutas por independência. No entanto, quando as independências vieram, suas questões foram postas de lado ou ignoradas pelos novos regimes monopartidários, militarizados e autoritários que, embora permitissem o funcionamento de organizações femininas, o faziam de forma condicionada a vários limites, inclusive o de não atuação política, então as organizações de mulheres africanas viram-se cooptadas ou desmanteladas, empurrando as africanas a um novo processo de luta.

Mais tarde, em período que deverá ser abordado em trabalhos futuros, o contexto que surge permite que as organizações de mulheres africanas puderam se reorganizar em torno da independência dos recursos do governo - contando, além das contribuições de seus membros, com apoio financeiro internacional, além de promoverem mudanças ou consolidação de estratégias de organização a partir de eventos como as conferências mundiais sobre a mulher da ONU e alcançando, em certa medida, a democratização de seus países, representação política e atendimento à suas demandas.

Ao evitarmos romantizar as lutas das mulheres africanas, podemos percebê-las inseridas como perpetuadoras de sistemas opressivos, como na posição de “femocratas”. Podemos também perceber que são contextos de extrema opressão às mulheres, fortalecidos por uma cultura patriarcal europeia absorvida pelos países africanos, que as levam a adotar estratégias tanto agressivas quanto transgressivas em sua defesa. Da mesma forma, ao evitarmos os estereótipos da mulher africana sofredora e vitimizada, nos desvencilhamos de uma postura paternalista e percebemos diversas formas e estratégias de mobilização e organização em torno das questões de gênero. Ao dialogar com mulheres africanas do continente, desconstruímos histórias únicas, substituindo imaginações por fatos e nos oportunizando (re)conhecer, assim, a pluralidade das mulheres africanas que, embora às vezes retratadas como deusas e guerreiras, às vezes como vítimas (o que pode não ser mentira, mas certamente constitui uma visão reduzida), são, antes de qualquer coisa, seres humanos pensantes e agentes, como outros são.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. “*The Danger of a Single Story.*” TEDx. Londres, julho de 2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>>. Acesso em: 07 mar 2019.

AFRICAN FEMINIST FORUM (AFF). *The Kom Women’s Rebellion: African Feminist Ancestors.* 2016. Disponível em: <http://www.africanfeministforum.com/the-kom-womens-rebellion-cameroon/>. Acesso em: 16 jul 2020.

- AMADIUME, Ifi. *Reinventing Africa: Matriarchy, religion and culture*. London; New York: Zed Books, 1997.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (org). *Afrocentricidade: Uma Abordagem Epistemológica Inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- CUNHA, Teresa. As Mulheres Africanas no âmago do seu Continente. Para além da subjugação e da raiva. In: *IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Ciências Sociais e os Desafios das Sociedades em Desenvolvimento - Dinâmicas, Mudanças e Desenvolvimento no Século XXI*. Luanda, 2006. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/89050/1/As%20mulheres%20africanas%20no%20%C3%A2mago%20do%20seu%20continente.pdf>> Acesso em 20 ago 2020.
- GOMES, Patrícia Godinho. Sobre a génese do movimento feminino na Guiné-Bissau: bases e práticas (1961-1982). In: *O que é Feminismo?*. Lisboa: Escolar Editora, 2015.
- KWESIGA, Joy. The national machinery for gender equality in Uganda. In: RAI, Shirin M (Ed.). *Mainstreaming gender, democratizing the state? Institutional mechanisms for the advancement of women*. Manchester: Manchester University Press, 2018. Disponível em: <<https://www.manchesteropenhive.com/view/9781526137494/9781526137494.00021.xml>>. Acesso em: 17 jul 2020.
- MAMA, Amina. Feminism or femocracy? – State Feminism and Democratisation in Nigeria. In: *Africa Development* – Vol. 20, nº1, p. 37-58. Abuja: CODESRIA, 1995.
- NDENGUE, Rose. Mobilisations féminines au Cameroun français dans les années 1940-1950: l'ordre du genre et l'ordre colonial fissurés. In: *Le Mouvement Social*, vol. 255, nº 2, pp. 71-85, 2016. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-le-mouvement-social-2016-2-page-71.htm>>. Acesso em 16/07/2020.
- OYWA, Rosalba Ato. *Women's contribution to peacebuilding in northern Uganda*. 2002. Disponível em: <<http://www.c-r.org/accord/women-and-peacebuilding-insight/case-study-northern-uganda>>. Acesso em: 16 jul 2020.
- SALAMI, Minna. *Feminism has always existed in Africa*. Ms Afropolitan, 2012. Disponível em: <<https://www.msafropolitan.com/2012/06/feminism-has-always-existed-in-africa.html>>. Acesso em: 10 nov 2018.
- SANTANA, Jacimara Souza. *Mulher e Notícias: os discursos sobre a mulher de Moçambique na revista Tempo (1975 - 1985)*. 163f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- STEADY, Filomina Chioma. *Women and Collective Action in Africa*. New York: Palgrave, 2006.
- TELEGA-SOARES, Natalia. O Feminismo africano e o pensamento centrado nas mulheres. p. 32-46. In: “*E Ouviram-se as Vozes de Mulheres Africanas...*” O Feminismo Africano e a Escrita de Chimamanda Ngozi Adichie. 81 f. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre as Mulheres -

Mulheres na Sociedade e na Cultura). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014.

TSIKATA, Dzodzi; MENSAH-KUTIN, Rose; HARRISON, Hamida. The Ghanaian Women's Manifesto Movement. Entrevista concedida a Amina Mama. In: MAMA, Amina (ed.). *Feminist Africa 4: Women Mobilised*. Cape Town (South Africa): African Gender Institute, University of Cape Town, 2005. Disponível em: <http://www.agi.ac.za/sites/default/files/image_tool/images/429/feminist_africa_journals/archive/04/fa_4_in_conversation.pdf>. Acesso em 15 out 2019.

TRIPP, Aili Mari; CASIMIRO, Isabel; KWESIGA, Joy; MUNGWA, Alice. *African Women's Movements: Transforming Political Landscapes*. Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapore, São Paulo: Cambridge University Press, 2009.

Thuila Farias Ferreira: Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020); Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade La Salle (Canoas, 2016); Coordenadora adjunta do projeto "Africanas - biografias, referências de pesquisa e constituição de um banco de dados informatizado", vinculado ao NEAB/UFRGS.

Artigo recebido para publicação em: 02 de outubro de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 15 de março de 2021.

Como citar:

FERREIRA. Thuila Farias. Sujeitas da própria história: influência, organizações e movimentos de mulheres africanas (1940-1990). *Revista Transversos*. Dossiê: O protagonismo da mulher negra na escrita da história das Áfricas e das Américas Ladinhas. Rio de Janeiro, n.º. 21, 2021. pp. 177-196. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.55005

